

RESENHA – REVIEW – RESEÑA

INTER NACIONAL

INTER NATIONAL

INTER NACIONAL

Por: **Dora Fonseca**

Doutoranda em Sociologia: Relações de Trabalho, Desigualdades Sociais e Sindicalismo da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra (Portugal) e do CES (Centro de Estudos Sociais). Licenciada em Psicologia pela Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto (Portugal). E-mail: dorajfonseca@gmail.com

LANÇA, Florival. **Inter Nacional**. Porto: Profedições, 2010. 166p.

O livro *Inter Nacional* não pretende ser mais um sobre a história da CGTP/Intersindical Nacional¹ nem sobre as Organizações Sindicais Internacionais, mas sim lançar um olhar crítico sobre um tema extremamente actual e relevante, muito embora pouco abordado: a CGTP-IN e o Movimento Sindical Internacional. Tem por objectivo fornecer um contributo para a promoção, alargamento e esclarecimento de um debate que, acima de tudo, se tem revelado difícil e que se encontra, ao contrário do que é transmitido pelas cúpulas da organização, completamente em aberto.

¹ 1 de Outubro de 1970 é a data oficial da Fundação da CGTP-IN (Confederação Geral de Trabalhadores Portugueses – Intersindical Nacional). As direcções do Sindicato Nacional dos Caixeiros do Distrito de Lisboa, do Sindicato Nacional do Pessoal da Indústria dos Lanifícios do Distrito de Lisboa, do Sindicato Nacional dos Técnicos e Operários Metalúrgicos do Distrito de Lisboa e do Sindicato dos Empregados Bancários do Distrito de Lisboa convidam a 29 de Setembro de 1970 outras direcções sindicais para "comparecerem numa sessão de trabalho para estudo de alguns aspectos da vida sindical cuja discussão lhes parece da maior oportunidade". A ordem de trabalhos proposta para a primeira reunião **intersindical** reflecte, desde logo, uma concepção de sindicalismo que não separa a resolução dos problemas dos trabalhadores da luta pelos direitos e liberdades democráticas fundamentais. Entre as questões "da maior oportunidade" que foram propostas para estudo, constaram o decreto-lei nº 49 212 (contratação colectiva), o horário de trabalho, a censura e a liberdade de reunião. No dia 11 do mesmo mês, realizou-se em Lisboa a primeira Reunião Intersindical com a presença de 13 direcções sindicais. Iniciava-se assim o movimento das reuniões intersindicais.

O debate sobre a filiação ou não da CGTP na nova Internacional Sindical – CSI (Confederação Sindical Internacional) – tem vindo a ser longo, permeado de incongruências e mesmo incómodo no seio da maior central sindical portuguesa. Chegar a um consenso tem sido difícil e, apesar de este ser procurado, determinados factos indiciam que, não obstante a questão ter sido colocada em discussão, a opção pela não filiação já teria sido à partida tomada pelas cúpulas dirigentes. Nesta obra são discutidos os vários elementos que pesam nesta decisão e é claramente defendida e fundamentada a opção pela filiação.

O primeiro capítulo cumpre o objectivo de situar o nascimento da CGTP-IN nos contextos nacional e internacional da época, fornecendo elementos essenciais para a compreensão das suas características e posicionamentos face à questão da filiação internacional. São salientados os constrangimentos e obstáculos que enfrentou e é explicitado o projecto emancipatório que se lhe encontra subjacente. A CGTP-IN é uma Central Sindical Nacional que nunca teve filiação internacional e, no que diz respeito ao território europeu, constitui a excepção. Este facto é absolutamente discrepante no que diz respeito à realidade sindical mundial em que se estima em apenas 5% o número de Centrais Sindicais Nacionais sem filiação internacional. Para a compreensão do que está na base deste posicionamento da central sindical portuguesa o autor recua um pouco no tempo e analisa as origens desta, situando a sua criação no contexto de um mundo bipolarizado.

A recusa da CGTP-IN em empreender um debate efectivo sobre a questão corresponde a uma atitude de fuga face a questões cruciais que se colocam aos sindicatos contemporaneamente, bem como à tendência em ignorar a posição de uma parte dos seus quadros e de organizações filiadas. Tal posicionamento é visto como desadequado e inaceitável mediante as condições objectivas da época em que vivemos. Para além disso, após o seu XI Congresso tem vindo a tornar-se mais expressiva a aproximação da Central à FSM (Federação Sindical Mundial), que poderá significar um enfraquecimento da sua capacidade de acção e da expressão do seu projecto sindical.

Desde os anos 1970 que a central tem vindo a desenvolver um importante trabalho em duas vertentes emancipatórias: a luta contra a opressão e pela liberdade democrática (especialmente na fase inicial da sua formação, em que Portugal se debatia com o regime ditatorial salazarista), e em torno dos direitos dos trabalhadores e da justiça laboral.

Construiu-se enquanto projecto unitário alargado e plural, sendo que esta foi, e continua a ser, a característica chave que lhe permite abarcar e envolver um número tão expressivo de trabalhadores. Nos seus primórdios defrontou-se com obstáculos de peso à acção sindical unitária e foi precisamente essa sua capacidade de respeitar e valorizar a diversidade na unidade que lhe permitiu fazer face às adversidades e implementar o seu projecto. Desde o início que este último é marcado pela presença de duas reivindicações: a criação de uma confederação de carácter classista e a filiação num organismo internacional de trabalhadores. Este último ponto, sobre o qual se debruça este livro, mantém portanto a sua actualidade, tratando-se de “estar atento às mudanças para, sem trair o espírito original, credor do maior respeito, agir de acordo com o que o tempo presente nos exige” (p. 29). O debate acerca da filiação internacional é portanto incontornável.

Após a abertura democrática que permitiu ao movimento sindical português libertar-se da clandestinidade e assumir-se como sujeito social legitimado colocou-se de imediato a questão da filiação da central numa das três Confederações mundiais existentes: FSM (Federação Sindical Mundial), CISL (Confederação Internacional de Sindicatos Livres) e CMT (Confederação Mundial do Trabalho). Dada a grande diversidade de correntes de opinião em que se encontram presentes tendências ideológicas antagónicas (FSM – socialismo e economia planificada; CISL – social-democracia e economia de mercado; CMT – sectores sociais da igreja católica e economia de mercado), não foi possível encontrar consenso quanto à escolha dado que esta significaria um alinhamento com o que cada uma das organizações representava, optando-se pela não filiação. Só assim seria possível preservar a unidade indispensável à consolidação do projecto sindical, até porque a única escolha lógica, dado o contexto da altura, recairia sobre a FSM. Apesar da afirmação da independência neste campo, a intersindical manteve uma grande aproximação relativamente a esta última. Este posicionamento, ainda que informal, serviu os objectivos de não perturbar o estatuto de organização da esfera da FSM e o aproveitamento por parte desta última da posição independente da central portuguesa para estabelecer contactos fora da sua esfera de influência.

O segundo capítulo situa de forma breve as opções que se colocam à CGTP-IN no que diz respeito à estratégia adoptada no que à filiação diz respeito, abordando as implicações da escolha feita na realização e consolidação do projecto da central. O

principal argumento que justifica a opção pela não filiação reside na questão da unidade que pode ser comprometida ao acarretar de certa forma a formalização de uma opção ideológica acerca da qual, no seio, da CGTP-IN, não existe consenso. Por outro lado, face às transformações actuais decorrentes da globalização neoliberal a filiação internacional pode ser um meio de reforçar a sindicalização e a acção sindical. Na base da escolha pela não sindicalização parecem estar, mais do que o medo da divisão e fragmentação que coloca em xeque os interesses dos trabalhadores, interesses políticos e o respectivo jogo de influências. A resistência ao neoliberalismo não poderá ser conduzida de forma eficaz se não for privilegiada a unidade de todos os trabalhadores em detrimento de outros interesses, bem como a articulação do movimento sindical com outros movimentos sociais numa frente comum face à ofensiva capitalista. Colocam-se aqui dois tipos de desafios face aos quais a atitude da CGTP-IN não pode ser de fuga, não lhe restando senão enfrentá-los. Diálogo, cooperação e respeito pela autonomia são destacados como elementos chave.

A entrada da CGTP-IN para o Conselho Permanente de Concertação Social (CPCS) em 1987 e a adesão à CES (Confederação Europeia de Sindicatos) em 1994 permitiram a passagem para um outro nível em que a complementaridade entre níveis de acção era uma exigência, representando uma mudança de longo alcance. Contudo revela-se insuficiente tendo em conta as mudanças drásticas, nos planos económico e político, decorrentes da globalização neoliberal. Gerou-se um profundo desequilíbrio nas relações capital/trabalho, nitidamente favorável ao primeiro e exercendo uma pressão insustentável sobre o segundo, sendo esta uma situação que vem colocar na ordem do dia o debate em torno da filiação da central portuguesa numa Organização Mundial.

Em Maio de 2005 foi concluído o processo que levou ao desaparecimento da CMT e da CISL, e surge uma nova organização mundial – a Confederação dos Sindicatos Independente (CSI), o que veio alterar significativamente o “mapa” sindical que conta agora com duas organizações mundiais: esta última e a FSM. A CSI, ao se apresentar como mais heterogénea, procura suplantar as barreiras ideológicas existentes no terreno e atrair para si o grosso do movimento sindical mundial. A sua constituição vem, sem dúvida, alterar o contexto que levou à opção de não filiação por parte da CGTP, dado que ambas as centrais mundiais acolhem no seu seio organizações de carácter extremamente heterogéneo, e dessa forma a filiação não pode ser identificada com o alinhamento

relativamente a uma ideologia em particular. Anteriormente à criação da CSI existia um número significativo de centrais sindicais que mantinham o estatuto de não filiação em qualquer das organizações mundiais existentes. Apesar de muitas destas serem referências do sindicalismo de classe, posteriormente formalizaram a sua adesão à CSI. A opção da central portuguesa quanto à filiação deve ser, portanto, tomada à luz dos elementos que caracterizam a nova ordem mundial.

No terceiro capítulo é oferecida uma visão abrangente do panorama sindical internacional actual no que diz respeito às possibilidades de filiação internacional e do que estas acarretam em termos de alinhamento ideológico, analisando-as à luz das trajectórias de evolução das três centrais mundiais (FSM, CISL e CMT). A análise que o autor empreende de forma clara e concisa em torno deste tópico é expandida ao longo do capítulo seguinte, em que explora os contornos da relação estabelecida entre as centrais não filiadas a nível mundial e a nova internacional.

Por fim, no último capítulo, desenvolve uma reflexão pormenorizada acerca do posicionamento ambíguo da CGTP-IN face à filiação internacional em que são contemplados todos os elementos fornecidos nos capítulos anteriores. Apesar de ser reconhecida a prevalência de uma série de factores intrínsecos à história da central sindical cujo carácter constitui um entrave considerável a uma decisão no sentido da filiação, são afirmadas a esperança e a convicção acerca da sua enorme capacidade de regeneração. A análise que desenvolve é rica, coerente e, principalmente, de natureza não demagógica, oferecendo dessa forma um contributo incontornável para o desenvolvimento de um debate sério e responsável sobre a matéria. São apresentados vários anexos, em que constam documentos oficiais que justificam a posição assumida ao longo do livro e que fornecem a fundamentação necessária para a construção e validação da análise empreendida.

O livro *Inter Nacional* é, sem sombra de dúvida, um elemento fundamental para a compreensão e aprofundamento das visões e perspectivas do movimento sindical português no contexto de um mundo política e economicamente globalizado. Actualmente as estruturas sindicais são confrontadas com inúmeros desafios resultantes das amplas transformações em curso e a filiação internacional é, sem dúvida, um dos mais importantes. Nenhuma estrutura sindical pode ou deve ignorar esta questão sob pena de comprometer os seus objectivos e estratégias e, nesse sentido, o relato fornecido pelo

autor reveste-se de um significado mais amplo que ultrapassa o estrito âmbito português. Neste livro é possível encontrar pistas acerca dos múltiplos constrangimentos inerentes à questão, bem como pontos de abertura que qualquer estrutura sindical de um modo geral encontra ao longo do processo de análise de opções e de tomada de decisão. O caso português da CGTP-IN é exemplar no que toca a um longo percurso de discussão ao qual não é alheia uma certa polémica e, portanto, fornece uma aprendizagem de grande valor para todos aqueles que, agora ou futuramente, se debatem com a questão da filiação internacional. Tendo em conta a relação de alguma proximidade entre a CGTP-IN e a Central Única dos Trabalhadores (CUT) no Brasil, e considerando que ambas, enquanto centrais sindicais mais representativas dos respectivos países, se defrontam com o desafio de se posicionarem face ao movimento sindical internacional, este documento reveste-se de um enorme interesse estratégico na medida em que é possível aprender com ele.

Resenha:

Recebido em: 07/06/2010

Aceito em: 30/06/2010